

<https://doi.org/10.5007/2175-8042.2018v30n55p7>

A servidão voluntária, “se é público é para todos” e o assédio neoliberal às universidades públicas!

Tô vendo tudo, tô vendo tudo
Mas fico calado, faz de conta que sou mudo
Um país que crianças elimina
Que não ouve o clamor dos esquecidos
Onde nunca os humildes são ouvidos
E uma elite sem Deus é quem domina
Pode ser o país de quem quiser
Mas não é, com certeza, o meu país
Um país onde as leis são descartáveis
Por ausência de códigos corretos
Com quarenta milhões de analfabetos
E maior multidão de miseráveis
Um país onde os homens confiáveis
Não têm voz, não têm vez, nem diretriz
Mas corruptos têm voz e vez e bis
E o respaldo de estímulo incomum
Pode ser o país de qualquer um
Mas não é com certeza o meu país
Um país que seus índios discrimina
E as ciências e as artes não respeita
Pode ser o país do futebol
Mas não é com certeza o meu país
Tô vendo tudo, tô vendo tudo
Mas, fico calado, faz de conta que sou mudo
Um país que engoliu a compostura
Atendendo a políticos sutis
Que dividem o Brasil em mil Brasis
Pra melhor assaltar de ponta a ponta
Pode ser o país do faz-de-conta
Mas não é com certeza o meu país
Tô vendo tudo, tô vendo tudo
Mas, fico calado, faz de conta que sou mudo
(*Trechos da música “O Meu País” de Zé Ramalho*)



Este texto está publicado sob uma licença Creative Commons
Atribuição NãoComercial-Compartilhável - CC BY NC AS
Mais detalhes em: <https://br.creativecommons.org/licencas/>

Nessa edição, damos continuidade à celebração dos 30 anos da Motrivivência. Ao longo da sua construção, “estamos vendo tudo”, conforme diz a poesia de Zé Ramalho, ou seja, muitos episódios continuaram a se agravar em torno do Golpe e do Pós-Golpe, seus desdobramentos conservadores e neoliberais do país que surfa agora num “jogo sujo” para as eleições de 2018.

Em nossos editoriais, vimos assumindo uma posição axiológica, realizando a crítica permanente da conjuntura, da qual todo e qualquer projeto editorial é caudatário e dela dependem as políticas editoriais de fomento à produção e socialização do conhecimento produzido com relevância social, acadêmica e política. Nesse sentido, continuamos na contramão de algumas revistas, cujos editoriais não se arriscam a fazer críticas ao neoliberalismo, preferindo, a partir de uma suposta neutralidade axiológica e científica, manter um “olhar distraído”, fazer editoriais “objetivos”, para agradar as instâncias de avaliação dos periódicos. Limitam-se apenas à apresentação e descrição dos artigos veiculados sem, contudo, expor juízos de valor que questionem o modo como a sociedade capitalista é organizada e reproduzida, a partir de seu globalismo, imperialismo e colonialismo – o que, no campo editorial científico se expressa pela pretensa internacionalização a qualquer preço, subordinada aos interesses das empresas editoras mundiais. Há, nessa perspectiva, uma omissão para o fato de que o capitalismo neoliberal reproduz e dissemina a sua lógica perversa de acumulação de capital. Por isso, não nos escusamos a expressar nossa opinião sobre o fato de que, diante do assédio neoliberal às universidades, torna-se preceptório, nas diversas instâncias da vida cotidiana, denunciar e lutar contra o capitalismo, que gera desigualdades sociais, provoca de forma violenta um mercantilismo exacerbado, destrói os direitos dos trabalhadores e outros pontos da agenda social, política e econômica.

Vale ressaltar que esse modo de produção se caracteriza pelo desenvolvimento intensivo das “forças produtivas”, ou seja, do capital, tecnologia, força de trabalho, divisão social do trabalho, planejamento e violência. Tudo isso se verifica simultaneamente ao desenvolvimento das “relações de produção”, abarcando os princípios jurídico-políticos da liberdade, igualdade e propriedade, organizados nos contratos e codificados em instituições tais como a empresa, a corporação e o conglomerado, o mercado e o Estado; assim como em outros institutos codificados em termos jurídico-políticos, entre eles aqueles relacionados à educação, saúde, previdência, trabalho, sindicato, partido e outros¹.

Nesse cenário de ódio, medo e descontentamento, mas, em contrapartida, entremeadado com a resistência das diversas categorias de trabalhadores com suas estratégias de deter o avanço destrutivo dos direitos trabalhistas, as elites golpistas neoliberais e fascistas impõem uma agenda de violência, corrupção, perseguição, opressão e crime. A agenda possui intuítos e sentidos: a percepção de estarmos todos ameaçados e intimidados pelo medo e impotência diante dos desmandos e autoritarismo do governo temer, do Congresso

1 IANNI, Otávio. **Capitalismo, violência e terrorismo**. Rio de Janeiro: Civilização, 2004, p.143.

e do Senado, do STF e, fundamentalmente, dos conglomerados midiáticos do chamado “4º poder” (Rede Globo à frente, mas não só!), entre outros. Uma função estratégica de destaque das elites em disputa pelo poder é, a partir de seus propósitos mercantis, definir os temas do debate público (agendamento), carregando consigo seus interesses de classe. Sob essa ótica, os arautos do “autoritarismo desmobilizador” e defensores e praticantes da chamada (e contraditória) “democracia excludente” não apresentam perspectivas concretas, no sentido de, efetivamente, enfrentar as desigualdades sociais forjada numa sociedade de escravos, para além da inclusão excludente, marginal e perversa, reduzir os juros bancários, cobrar impostos dos ricos, acabar com isenções (bolsa-empresário), entre outras medidas políticas e econômicas concretas. Ao invés disso, tal como descrito por Adorno e Horkheimer², distraem os trabalhadores com a mídia golpista, exibindo a “luta da polícia contra os bandidos”, os quais, contraditoriamente, são eles mesmos. Aliás, é essa mídia que detém o poder da comunicação e constrói as narrativas mentirosas, se arvorando no papel ético e moralista, no sentido de identificar quem são os mocinhos e os bandidos; tudo isso, é claro, sem olhar para o seu próprio rabo!

Essas estratégias neoliberais e fascistas engendradas pelo poder Executivo, Legislativo e Judiciário, tem como efeito demonizar os imigrantes, criminalizar os pobres (sobretudo, os negros), intimidar, reprimir e criminalizar os movimentos sociais, agredir as religiões afro-brasileiras e, por fim, tentar destruir, através de “fakenews”, lideranças e partidos de esquerda, principalmente, o Partido dos Trabalhadores e o ex-presidente LULA, além de outros ícones da esquerda – quando não os matam, literalmente, como aconteceu com a vereadora Marielle Franco (PSOL/RJ).

Nesse imbróglgio do golpe em andamento, as populações empobrecidas das periferias, apesar de algumas demonstrações de resistência, se sentem acuadas, sendo permanentemente ameaçadas pela virulência do estado, pela justiça e pela polícia que, calcados no abuso de poder, “se utilizam prodigamente da licença para matar”. Em síntese, é sob o domínio do terror, do assédio moral, do bullying e da perseguição que se blinda a agenda social e política das maiorias, a expressão de suas lutas e demandas e suas manifestações coletivas da perspectiva concreta da construção da cidadania³.

Todas as ameaças e destruições concretas da democracia poderão continuar se os trabalhadores dos sindicatos das diversas categorias, os movimentos sociais, uma frente unida de esquerda, assim como a sociedade civil organizada, não intensificarem suas ações e estratégias para não se curvar nem se submeter aos ditames da “servidão voluntária”⁴, isto é, ao ato de submissão e ao reconhecimento do poder e da superioridade do outro,

2 ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas. In: _____. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

3 BAVA, Silvio Caccia. **Editorial: Os sentimentos comandam**. Le Monde Diplomatique, Julho de 2018. P. 3.

4 LA BOÉTIE, Etienne. **Discurso da Servidão Voluntária**. Comentários: Pierre Clastes, Claude Lefort e Marilena Chauí. São Paulo: Brasiliense, 1999.

a quem se deve, servilmente, obedecer. Fica claro que, quando nos referimos à servidão voluntária, estamos nos referindo como uma construção simbólica que destituiu os cidadãos e cidadãs de sua humanidade, de seus direitos, de sua autonomia⁵.

Certamente, a servidão voluntária precisa ceder lugar a uma postura de ruptura com os valores dominantes do capital. Mas isso só poderá acontecer no embate e no conflito, assumindo riscos e enfrentando os poderes instituídos, nas lutas diuturnas em prol de uma vida efetivamente digna e com sentido, pautadas no enfrentamento das desigualdades, na soberania, na participação e no respeito aos direitos humanos na dimensão de classe, raça/etnia, gênero, cultura, geração, família e outras categorias ontológicas. Ademais, pelo respeito e pela justiça diante do quadro conjuntural que vivemos, na qual predominam o desemprego, o subemprego (uberização do trabalho), os cortes na ciência e tecnologia, as privatizações do patrimônio público, a destruição do serviço público, os reajustes abusivos nos preços dos combustíveis e do gás de cozinha, o aumento das tarifas e taxas de juros e a retirada dos direitos trabalhistas.⁶

Nessa mesma linha de pensamento, outro ponto digno de destaque é o processo de endividamento social, que inclui tanto as dívidas pessoais quanto a dívida pública, que produz subordinação e a “nova servidão”.⁷

Em relação ao trabalho e à servidão, consideramos relevante trazer para o debate a “nova morfologia do trabalho”, constante no mais recente livro de Ricardo Antunes: O privilégio da servidão.⁸ Nesse livro, o autor dedica-se, entre outros temas, à problemática da morfologia do trabalho, que se caracteriza pelo desmonte do trabalho em benefício da proteção do capital. Nesse sentido, se apresentam de forma violenta e insalubre no âmbito do infoproletariado, novo proletariado global e suas principais tendências, que na prática cotidiana laboral, se consubstanciam sob a égide dos adoecimentos, padecimentos, precarizações, terceirizações, desregulamentações e assédios, os quais parecem se tornar mais a regra do que exceções. De acordo com o autor, é no comando do governo ilegítimo e golpista de temer que se agravou e deslançou a “devastação” dos direitos sociais e trabalhistas, conquistados pela classe trabalhadora no Brasil desde a abolição até a Constituição de 1988, assim como a destruição da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Toda essa derrocada dos direitos trabalhistas foi imposta pelo empresariado escravocrata, apoiado pelo Congresso mais abjeto da história republicana⁹.

Sem sombra de dúvidas, todo esse processo de destruição das leis trabalhistas nesse governo pode ser comprovado pela pauta das centrais sindicais mais combativas, que vêm sistematicamente lutando em defesa do emprego, principalmente diante da atual

5 BAVA, Silvio Caccia. **Editorial: Os sentimentos comandam**. Le Monde Diplomatique, julho/2018, p. 3.

6 BAVA, Silvio Caccia. **Editorial: Os sentimentos comandam**. Le Monde Diplomatique, julho/2018, p. 3.

7 BAVA, Silvio Caccia. **Editorial: Os endividados: A dívida produz subordinação e a nova servidão**. Le Monde Diplomatique, agosto/2018, p. 3.

8 ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da Servidão: um novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Botempo, 2018.

9 ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da Servidão: um novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Botempo, 2018, p.15

conjuntura político-econômica no país: segundo o IBGE, o desemprego atinge 28 milhões de pessoas; além da luta contra a terceirização e às Reformas Trabalhista e Previdenciária, portanto, em defesa dos direitos trabalhistas e da aposentadoria.

Assim, quando se ouve dizer que muitos pobres pretendem votar nos candidatos de direita, faz sentido recuperarmos as palavras de Etienne de La Boétie, de 1548 (!), cujo conteúdo nos faz refletir sobre a necessidade da ruptura iminente com a força anti-cidadã da servidão voluntária:

Por hora gostaria apenas de entender como pode ser que tantos homens, tantos burgos, tantas cidades, tantas nações suportem às vezes um tirano só, que tem apenas o poderio que eles lhe dão, que não tem o poder de prejudica-los senão enquanto tem vontade de suportá-lo, que não poderia fazer-lhes mal algum senão quando preferem tolerá-lo e contradizê-lo. [...] Como diremos que isso se chama? Que infortúnio é esse? Que vício, ou antes, que vício infeliz ver um número infinito de pessoas não obedecer, mas servir, não serem governadas mas tiranizadas, não tendo nem bens, nem parentes, mulheres, nem crianças, nem sua própria vida que lhes pertença; aturando os roubos, os deboches, as crueldades, não depender de um exército, de um campo bárbaro contra o qual seria preciso despende seu sangue e sua vida futura, mas de um só; não de um Hércules nem de um Sansão, mas de um só homenzinho [...] Coisa extraordinária, por certo: e porém tão comum que se deve mais lastimar-se do que espantar-se ao ver um milhão de homens servir miseravelmente, com o pescoço sob o jugo, não obrigados por uma força maior, mas de algum modo (ao que parece) encantados e enfeitizados apenas pelo nome de um, de que não deve temer o poderio pois ele é só, nem amar as qualidades pois é desumano e feroz para com eles¹⁰.

Ao evocarmos Etienne de La Boétie, não estamos nos referindo aos movimentos sociais e centrais sindicais historicamente combativas, mas àquelas atreladas e submissas à lógica neoliberal da opressão, da obediência civil e da exclusão. Estamos nos referindo a grande parte do “senso-comum”, independente de classe social que, de forma distraída e alienada, inculca os pressupostos teórico-práticos dos ultraneoliberais e conservadores que comandam a antipolítica vigente no Brasil.

“Se é público é para todos”¹¹ é um grito de resistência em tempos do elogio e da consolidação da propriedade privada, de privatização da vida, de privatização dos espaços e do patrimônio público, pelos neoliberais de plantão. É um tempo de grandes perdas com consequências que podem ser irreversíveis, sobretudo, para a classe que antes vivia do trabalho. A entrega de bandeja do patrimônio público à iniciativa privada, representa “um grande risco ao que é de todos”, ao que é público, é um risco à democracia. Trata-se de um retrocesso que vai além de projetos e leis e se materializa como uma verdadeira cultura do atraso em todos os setores sociais.

10 LA BOÉTIE, Etienne. **Discurso da Servidão Voluntária**. Comentários: Pierre Clastres, Claude Lefort e Marilena Chauí. São Paulo: Brasiliense, 1999, p. 13.

11 SADER, Emir. **Se é público é para todos**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018.

Esse “espírito de porco” neoliberal privatista é um caminho para aprofundar cada vez mais a divisão de classes sociais e, conseqüentemente, o acirramento das desigualdades sociais. Nesse sentido, as privatizações, devem se constituir no inimigo comum na luta de resistência, sobretudo, daquelas que são afetadas pelo Estado, tornando-o cada vez mais “mínimo” no que se refere às repercussões de suas ações e gestão das políticas públicas e sociais.

Uma das características do campo teórico na era neoliberal é a centralidade da polarização entre estatal/privado. Há, por conseguinte, uma crítica ao “estatismo”, tendo como principal efeito a desqualificação do Estado, em favor do fetiche da propriedade privada dos meios de produção e centralidade do mercado, deslocando, assim o ‘público’ para um papel socialmente irrelevante e obsoleto. Nessa perspectiva de uma dicotomia entre público e privado, o interesse público é determinado e subsumido, de maneira imediata, às ingerências da especulação e poder político e econômico do interesse privado¹².

Nesses meandros, as privatizações que vimos, cotidianamente, assistindo no governo temer, vem sinalizando para um frenesi desmedido de entrega do patrimônio público. Um exemplo disso aconteceu durante a recente Copa do Mundo: enquanto perdíamos para a Bélgica, os ruralistas, como ganância voraz e ensandecida, votavam para pela consolidação do agronegócio; nos matando com alimentos plantados sob rótulo dos venenos dos agrotóxicos. Concomitante com o processo de privatização, perdemos a democracia, perdemos 20 anos de investimentos em educação e saúde, perdemos direitos trabalhistas, perdemos o petróleo, perdemos soberania, perdemos a renda, os empregos, o respeito do mundo, a dignidade – só não perdemos a capacidade de luta e resistência!

Todo esse patrimônio público, construído com os nossos impostos ao longo de décadas, está sendo vendido por um valor tão baixo que surpreende até o mercado. Em suma, o governo golpista e ilegítimo do temer e seus apoiadores vem, nos seus últimos meses, cometendo crime de “lesa-pátria” ao liquidar e vender o máximo possível do patrimônio e soberania nacional, entregando ao capital internacional o controle total de todos os recursos da nação, tais como: reservas do pré-sal, gasodutos, distribuidoras de energia, petroquímica, água, além de abrir a Amazônia para tropas estrangeiras. Todavia, toda essa sanha privatista esbarra, até certo ponto, na resistência dos movimentos sociais e sindicais que tentam, por exemplo, barrar as privatizações e ataques à soberania nacional, como a venda da Embraer e a privatização da Eletrobras, Petrobras e outras estatais.

Nos últimos dois anos, período do golpe em andamento, o ilegítimo e postíço presidente, vem assediando as universidades públicas através de cortes, declarando guerra à ciência, educação e tecnologia. Seu objetivo é a privatização das universidades federais, cujas justificativas para tal empreitada residem no falso argumento de que as universidades são frequentadas por estudantes de classe média e ricos que poderiam financiá-la. Outros

falsos argumentos para a privatização se seguem, como por exemplo, a corrupção e incompetência de gestão. Aliás esses tem sido os argumentos, desde os governos tucanos de FHC et caterva, para a privatização do patrimônio público e de estatais como Petrobras, Correios, portos, aeroportos, estradas e outros.

Tais argumentos ganham força destrutiva consubstanciados na execução da política de teto do orçamento público federal - a PEC 55/2016, emenda constitucional aprovada pelo Congresso, que congelou por 20 anos as verbas para Educação, Saúde, Ciência e Tecnologia, por exemplo, também conhecida por “PEC do fim do mundo”¹³. Os cortes para essas áreas, com perversas consequências nas políticas públicas sociais, educacionais e científicas, trazem em seu bojo a ideia de que Educação, Ciência e Tecnologia representam “custo” e não investimento, conforme entrevista com a professora Vanderlan Bolzam (Vice-Presidente da SBPC).¹⁴

Entre as ameaças à Ciência e Tecnologia está a previsão de mais corte no orçamento da CAPES para 2019; são números inadmissíveis, considerando que, enquanto em 2012 chegamos a quase 9 bilhões de reais para o orçamento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, esse valor chega a 2018 em torno de R\$ 3,2 bilhões (conforme a SBPC, valor 25% menor do que 2017 e que ainda teve cortes adicionais de 10% no decorrer dos primeiros meses do ano). E o que é ainda mais grave, levando-se em conta que nem temos mais o Ministério da Ciência e Tecnologia, considerada mais uma destruição do governo temer. E tudo isso, num “mundo onde se trocam músculos por cérebros”. Nesse sentido, a anulação dos cortes, a volta do Ministério da Ciência e tecnologia e o aumento das verbas para essa pasta é mais um ponto para a luta pela redemocratização, pois o conhecimento é uma das ferramentas essenciais para o desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, para o enfrentamento das desigualdades sociais, escolares e acadêmicas; conforme acontece nas nações mais desenvolvidas.

O projeto de destruição da ciência e tecnologia nacionais surge mais claramente com a carta publicada pelo próprio conselho superior da Capes¹⁵, denunciando os cortes no orçamento de 2019 destinado às bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado de mais de 93 mil discentes e pesquisadores, assim como a suspensão do pagamento de 105 mil bolsistas de Programas de formação como o PIBID, a Residência Pedagógica e o PARFOR, além de afetar acordos de cooperação internacional.

De acordo com Boaventura de Souza Santos, o “assédio neoliberal às universidades” federais e estaduais, “parte da ideia de que o único valor do conhecimento é o valor de mercado e isso é o que irá matar a universidade. Porque, uma universidade que

13 Ver em: <http://www.fenae.org.br/portal/fenae-portal/noticias/pec-do-fim-do-mundo-e-aprovada-20-anos-sem-investimentos-publicos.htm>

14 Ver em: <https://noticias.uol.com.br/ciencia/ultimas-noticias/redacao/2018/08/26/quem-compete-brincando-de-bonequinha-diz-cientista-premiada-da-unesp.htm?cmpid=copiaecola>

15 Ver em: https://sei.capes.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&codigo_verificador=0746852&codigo_crc=6755A444&hash_download=ef5e65b749e9b6a0c124c56e438345f0dbb86d4b097fccd29f4b4221365642ee971b5a5e507aea925d83d67d1d4d79f08696fa5be30b507aa19122ff68c396a9&visualizacao=1&id_orgao_acesso_externo=0

é 'sustentável' porque financia a si mesma é uma universidade insustentável como bem comum, porque se transformou em uma empresa". Segundo o autor, diante da ameaça às conquistas progressistas parcialmente obtidas, temos, no presente, uma época plena de perigos para a universidade pública, implicando desafios e lutas dos movimentos sindicais pela sua não consolidação. Isso porque, "estamos passando por um ciclo global conservador e reacionário, controlado pelo neoliberalismo, que não é senão o domínio total do capital financeiro". Trata-se de um cenário mais complexo que o enfrentado pelas rebeliões de 1918 e 1968, por uma razão: "o contexto global permitia pensar que havia alternativa ao capitalismo. Hoje, parece que o capitalismo venceu seus adversários, é um capitalismo sem medo". Nesses termos, parece que o projeto neoliberal almeja a construção de um "capitalismo universitário": [...] "Começou com a ideia de que a universidade deveria ser relevante para criar as competências que o mercado exige, seguindo com as propostas de tributação e privatização [...] "A fase final é a ideia de que a universidade deve ser ela mesma um mercado, a universidade como empresa".¹⁶

Diante do exposto, é mister argumentar que toda essa perseguição e assédio neoliberal às universidades é inadmissível, uma vez que: a) O Brasil tem uma participação significativa, quantitativa e qualitativamente, na produção científica mundial. Isso é muito bom e quase surpreendente, considerando o baixo investimento em C&T feito historicamente pelo Estado no país; b) As universidades públicas, institutos públicos de pesquisa e algumas empresas estatais são os principais responsáveis pela produção científica e brasileira em todas as áreas do conhecimento; c) O envolvimento dos docentes na produção científica foi assegurado e fomentado pelas condições de trabalho e carreira conquistadas nas lutas das décadas de 1970 e 1980, consolidadas na Constituição de 1988 e nas constituições estaduais de 1989; d) Essas conquistas vêm sendo solapadas por sucessivos governos e o novo Marco Legal de Ciência e Tecnologia" compromete ainda mais as já precárias condições de trabalho (grifos nossos).¹⁷

Exemplo bastante explícito disso é o novo edital de apoio à editoração - Chamada CNPq/CAPES n° 18/2018 – que destinará 4 milhões de reais à publicação de periódicos científicos. Nesse edital, mais uma vez, em nome de uma internacionalização que atende aos interesses financeiros das grandes empresas editoriais globais, só podem participar do certame revistas que estejam "obrigatoriamente, indexadas em pelos menos 2 (duas) bases de dados entre as nominadas a seguir: SciELO, SCOPUS, Web of Science (Todas as bases), PubMed e RedALyC" [3.4.1., letra e, do edital]. É justo que periódicos mais bem posicionados nos rankings internacionais recebam maiores verbas e preferência de financiamento, para continuarem veiculando conhecimento científico de ponta. Mas esse modelo adotado por CAPES/CNPQ, já está demonstrado à exaustão, discrimina e exclui

16 Ver em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/579979-boaventura-de-sousa-santos-destrincha-o-assedio-neoliberal-as-universidades>

17 ANDES-SN. **Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação (Lei 13.243/16): riscos e consequências para as universidades e a produção científica no Brasil**. Cartilha produzida pelo Sindicato Nacional dos Docentes das instituições de Ensino Superior – ANDES-SN. www.andes.org.br

periódicos também de qualidade, mas que, pelas características do seu projeto editorial, não tem vocação a esse padrão de internacionalização e que, portanto, não tem como atender às exigências de alguns desses indexadores/empresas. O mais democrático seria que as agências de fomento destinassem uma parte dessa verba, por exemplo 25%, para essas revistas, até mesmo como um incentivo à sua busca por qualificação.¹⁸

Vale ressaltar que todo esse assédio neoliberal às políticas científicas das universidades públicas não é novo, e trata-se de uma estratégia articulada pelo governo Temer e os demais partidos cúmplices do golpe no sentido de fechar as portas da universidade para pobres, negros e indígenas – enfim, para uma grande parcela da população que não pode pagar as onerosas universidades particulares.

Nesse emaranhado de barreiras e cortes se situa também o cerco fascista e autoritário às universidades federais pela tríade do abuso do poder, formada pela Polícia Federal/Ministério Público Federal/1ª e 2ª instâncias da Justiça Federal, no âmbito do Estado de Exceção, como foi o caso inescrupuloso e do espetáculo bizarro da Operação Ouvidos Moucos que culminou com a prisão e o suicídio do reitor da UFSC, Luiz Carlos Cancelier de Olivo. Essa perseguição às universidades fez com que, em pouco mais de um ano, quatro das maiores universidades federais do Brasil (UFMG, UFRGS, UFSC e UFPR) tenham sofrido impactantes operações policiais, de forma espetacular e sem provas, com quantidade de agentes do poder repressor do estado suficientes para um conflito armado – contando, é claro, com a jamais vista e desavergonhada cobertura e repercussão midiática. Mais recentemente, o novo reitor da UFSC e seu chefe de gabinete foram indiciados pela dupla PF/MPF, num claro movimento corporativista e intimidatório, por terem participado de evento acadêmico em memória do prof. Cancelier onde constavam faixas com denúncias de abuso do poder por parte de agentes públicos que deveriam primar pela justiça, pela imparcialidade, pela obediência à lei e pelo respeito à liberdade de expressão como garantia constitucional¹⁹.

No que tange à prisão arbitrária e anti-cidadã do ex-presidente Lula, no âmbito da destruição do Estado de Direito e das mazelas do Estado de Exceção implantado pelos cúmplices do golpe contra a presidenta Dilma, defendemos a sua imediata libertação para concorrer às Eleições de 2018, mesmo que sob os escombros de uma sociedade democrática emancipatória, em que os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário “psicopatizaram” o Brasil à luz do ódio de classe, no intuito de defender os interesses e “poderes” escusos do capital nacional e internacional. De acordo com a psicanalista Maria Rita Kehl, “o ódio é um sentimento comum a todos os indivíduos, e também às multidões que se unem em torno de uma ideia. Todavia, em uma sociedade democrática, há mecanismos para dar vazão ao

18 Ver, por exemplo, Pires e Poffo (2018) em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivencia/article/view/2175-8042.2018v30n54p111> ; e também Silveira, Benedet e Santillan-Aldana (2018) em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivencia/article/view/2175-8042.2018v30n54p90>

19 Ver em: <https://marceloauler.com.br/procurador-da-republica-ignora-stf-e-denuncia-reitor-da-ufsc/> . Ver também nota da UFSC sobre o episódio: <https://noticias.ufsc.br/2018/08/administracao-central-da-ufsc-emite-nota-oficial-sobre-denuncia-do-ministerio-publico-federal/>

ódio de forma produtiva, criando um suporte institucional ao diálogo sobre pontos de vista em extremos distintos da luta de classes”²⁰ – prática que, infelizmente, vem se perdendo no Brasil nos últimos anos, abrindo uma porta para o retorno do autoritarismo, da injustiça social, da justiça seletiva, da intolerância e, consecutivamente, do Estado de Exceção.

Com base no exposto, reiteramos a nossa posição no último editorial²¹:

(...) é imprescindível, apoiar o movimento “Lula Livre”, considerando a sua importância para a esquerda, considerando os seus feitos inegáveis para a redução da pobreza extrema e outras políticas e projetos, apesar dos limites e equívocos de seu projeto “desenvolvimentista”, que após décadas de estagnação, promoveu a lenta recuperação do poder aquisitivo do salário, a diminuição do desemprego, uma ligeira melhoria na distribuição de renda, a redução da pobreza extrema por meio de políticas emergenciais, focalizadas na expansão do consumo que acompanhou a abundante crédito e, além disso, a percepção de que o país atravessava uma incólume crise econômica mundial. Isso tudo resultou no alastramento do discurso de que o Brasil mergulhava em um período de desenvolvimento, cujo paralelo com o nacional desenvolvimentismo do pós-segunda guerra justificava o neologismo. (...) Essa nossa posição política peremptória prevalece, apesar de reconhecermos as críticas contra o modo de fazer política nos mandatos de Lula e Dilma, nomeadamente contra as chamadas “conciliações de interesses e de classe”, próprias do “presidencialismo de coalizão”, somos favoráveis à sua libertação imediata. [...] Trata-se de uma de solidariedade de esquerda e de classe ao ex-presidente, destacando que, embora com críticas diametralmente diferentes dos neoliberais da direita fascista e golpista. Somos por uma urgente unidade de esquerda e na intensificação das lutas em favor da democracia plena e irrestrita – “Lula Livre !!!

Essas reflexões nos reportam às eleições de 2018 e sua importância para a retomada do Estado social. Elas se diferenciam de outras da Nova república, pois terá um aspecto central: “a restauração de uma concepção pública de Estado em contraposição à forma privada hegemônica pelo mercado financeiro que se instalou descaradamente depois do impeachment”. Essas eleições, trazem consigo os “perigos” de um retrocesso ainda maior do que os vivenciados durante e após o Golpe no período de 2016 a 2018. Um desses perigos está explícito na politização à direita, neoconservadora e arrogante do poder Judiciário (STF). Por parte dos candidatos, além do “balaio” de cúmplices do golpe e do governo Temer (que hoje fingem negar), se insurge a radicalização de um candidato com evidentes traços fascistas, em cuja proposta contempla retrocessos na agenda dos direitos humanos, vulnerabilizando ainda mais a democracia e a hoje solapada Constituição de 1988²².

20 ‘Psicopatiaram’ o Brasil. Maria Rita Kehl (entrevista). Ver em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/04/12/psicopatiaram-o-brasil-diz-maria-rita-kehl-sobre-onda-de-odio>

21 SILVA, Mauricio R.; PIRES, Giovani L.; PEREIRA, Rogério S. Os golpes e mais golpes à democracia: “Cagaram no Artigo 5º da Constituição”. LULA LIVRE! *Revista Motrivivência (Editorial)*, v. 30, n. 54, 2018.

22 AVIRITZER, Leonardo. **As eleições e retomada do estado social**. In: *Le Monde Diplomatique*. Os perigos das eleições. Agosto/2018, p. 4.

Portanto, caso os neoliberais e conservadores ganhem, há riscos de acirramento das contradições que podem se traduzir no ataque aos direitos humanos, de forma mais violenta, principalmente, do ponto de vista da luta de classes, questões de gênero, raça/etnia, geração e cultura. Para retomar radicalmente o estado social e democrático, no entanto, é preciso disputar a hegemonia das interpretações da realidade, enfrentar as narrativas que imobilizam, resgatar o sonho, as utopias, a coragem e o entusiasmo militante. pois sem direitos humanos e democracia não há espaço para apresentar e defender novas demandas nos diversos tempos e espaços de construção da cidadania²³.

Para que tudo isso aconteça é imprescindível lançar desafios à esquerda, visando superar a sua dificuldade de ser popular. Essa ideia significa duas coisas: “saber expor problemas sociais a partir da perspectiva dos que são mais vulneráveis e, sobretudo, ser um enunciador crível para as camadas populares”. Nesse sentido, a esquerda deve “encarnar a urgência daqueles que sentem mais claramente o sofrimento social advindo da precarização do trabalho, da pauperização e das múltiplas formas de exclusão. Quanto ao segundo caso, a esquerda deve governar sem produzir novas modalidades de sofrimento e insegurança social”. Portanto, “ela deve ser capaz de detalhar ao extremo suas ações e os cenários que elas engendrariam”. Por fim, a esquerda deve mostrar estar ciente das dificuldades e da melhor maneira vencê-las, isso sem ter que apelar para ideias vagas, como por exemplo, “tudo se resolve por meio da vontade política”. Isso implica no desafio “de ser, ao mesmo tempo, capaz de sentir o sofrimento social e capaz de ter inteligência técnica para resolvê-lo no cotidiano”²⁴.

As comemorações dos 30 anos da revista continuam acontecendo, tanto em nossas edições quanto em ações desenvolvidas na UFSC. No mês de agosto, numa parceria da nossa equipe editorial, do LaboMídia/UFSC e do CEMEFID/UFSC, realizamos uma sessão acadêmica de celebração do aniversário da Motrivivência no Centro de Desportos/UFSC, que contou, entre outros atos, com o lançamento de um vídeo de depoimentos de pessoas que participaram/participam da trajetória histórica da revista (em breve estará disponível em nossa página) e a abertura de uma exposição de documentos históricos e edições impressas e on line (via QR Code), que aconteceu no Centro de Desportos e se prolonga, a convite dos gestores do Portal de Periódicos, durante todo o mês de setembro, na área de exposições da Biblioteca Universitária/UFSC. Ainda nesta direção, a capa dessa edição é um brasão especialmente produzido pela designer e estagiária do Portal de Periódicos, Julia Mattia, a quem agradecemos o carinho e a dedicação.

Nossa edição de número 55 traz mais uma vez um equilibrado conjunto de textos, entre artigos originais, de revisão e relatos, que entendemos ser importantes para o nosso campo do conhecimento. Esse é um dos compromissos editoriais fundantes do nosso pro-

23 BAVA, Silvio Caccia. **Editorial: Enfrentar a barbárie**. Le Monde Diplomatique, Junho/ 2018, p. 3.

24 SAFATTLE, Vladimir. **A esquerda que não teme dizer seu nome**. São Paulo: Três Estrelas, 2016

jeto, que vem sendo reconhecido pela comunidade da área. Exemplo disso é a informação do Portal de Periódicos da BU/UFSC, do qual fazemos parte, de que, em 2017, nossa página teve em torno de 370 mil acessos e 150 mil downloads. Esses números são cerca de 15% maiores que os do ano de 2016 (ainda assim, reconhecemos, perdemos para os ministros do STF, que se autoconcederam 16,38% de aumento em seus salários!). Novas ferramentas de estatísticas desenvolvidas pelo SETIC/UFSC e implantadas pelo Portal, como piloto, na Motrivivência permitirão a visualização de mais dados relativos aos acessos à revista, com maior precisão e atualizados com maior frequência²⁵.

De parte de instituições avaliadoras também recebemos o reconhecimento e o retorno positivo aos nossos investimentos em qualificar o projeto editorial e de boas práticas editoriais que buscamos sempre implementar/aperfeiçoar na revista: o Educ@ (<http://educa.fcc.org.br/scielo.php>), um dos principais indexadores nacionais de periódicos da área da Educação, acaba de aprovar nosso ingresso na sua base de dados, condição essa que está sendo inaugurada com a presente edição, uma vez que a aprovação encontrava-se dependente de pequenos ajustes nas nossas normas editoriais, que já foram reformuladas.

Por fim, em nossa seção de Homenagens, voltamos à política de homenagear os membros da Comissão Científica da Motrivivência. Nesse número, em texto da profa. Dra. Vanda Aparecida da Silva, prestamos nossa reverência ao “Zé”, o professor José Machado Pais, o português mais brasileiro, docente e pesquisador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e querido amigo da revista.

Estamos vendo tudo em todos os nossos editoriais e “não estamos fazendo que estamos mudos”; isso tudo na busca das contradições da servidão voluntária, ou seja, para não ver mais “um milhão de homens servir miseravelmente, com o pescoço sob o jugo [...] encantados e enfeitados pelo nome de um, de quem não se deve ‘temer’ (grifo nosso!) o poderio”.²⁶ Nesse sentido, aproveitamos para registrar o recebimento de algumas críticas aos nossos editoriais, postados nos nossos perfis nas redes sociais. Para os pouco informados, não custa reafirmar que nem um editorial representa o pensamento de leitores e autores de um periódico, nem o inverso é verdadeiro! Portanto, para quem entende que nossa posição política crítica e de esquerda possa “constranger” alguém, fica registrado nosso compromisso editorial de 30 anos: quem faz a boa ciência, com compromisso acadêmico e relevância social, sempre terá espaço na Motrivivência.

Como dissemos no editorial anterior, reportando-nos a Maiakovski, “o mar da história é agitado”, e por esse movimento dialético precisamos lembrar, sempre que a “pelea” parecer perdida, que:

25 Ver em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/about/editorialPolicies#custom-2>

26 LA BOÉTIE, Etienne. **Discurso da Servidão Voluntária**. Comentários: Pierre Clastres, Claude Lefort e Marilena Chauí. São Paulo: Brasiliense, 1999, p. 13.

*“Mas há sempre uma candeia
Dentro da própria desgraça
Há sempre alguém que semeia
Canções no vento que passa.*

*Mesmo na noite mais triste
Em tempos de servidão
Há sempre alguém que resiste
Há sempre alguém que diz não”*

(Versos do poeta português Manuel Alegre,
em *Trova do Vento que Passa*)

Finalmente, agradecemos aos colaboradores, autores, revisores, editores e leitores, que possibilitaram chegarmos a mais uma edição da Motrivivência, convidando a todos/as para que continuem nos prestigiando.

Florianópolis, setembro-2018.

Maurício Roberto da Silva
Giovani De Lorenzi Pires
Rogério Santos Pereira
editores